

## Serra e conventos na Crónica da província de Santa Maria da Arrábida

Na reflexão sobre lugares e práticas de devoção, ou a importância dos espaços no desenvolvimento de determinadas formas de espiritualidade e práticas devocionais (tema central dos trabalhos do C.I.U.H.E. no corrente ano), coube-me, por sugestão do Professor José Adriano de Carvalho, ocupar-me das serras e da sua presença na história de algumas ordens religiosas em Portugal. Uma história que não pode passar à margem das serras da Arrábida e de Sintra, no caso dos Franciscanos Capuchinhos, ou da Serra de Ossa, na história da Ordem dos Padres Eremitas de S. Paulo<sup>1</sup>.

Destas três serras, é sem dúvida a da Arrábida a que se reveste de maior importância, ou que mais atrai o nosso interesse. É a serra de S. Pedro de Alcântara... É a serra de Fr. Agostinho da Cruz... É a serra em que uma crónica de duras penitências da vida eremítica se cruza com a representação emocionada e realista da paisagem, expressa em alguns belos poemas que o cronista da Província da Arrábida não deixou de incluir na sua *Crónica*<sup>2</sup>. Mas não vou ver esta serra como lugar da poesia de Fr. Agostinho, trabalho a que teremos sempre associado o nome da nossa querida Professora Maria de Lourdes Belchior<sup>3</sup>; vou vê-la sobretudo através da *Crónica da Província de Santa Maria da Arrábida*<sup>4</sup>. Uma *crónica* dividida em duas partes: a primeira, da autoria de Fr. António da

---

<sup>1</sup> Sobre os eremitas da Serra de Ossa, vd. P. Henrique de Santo António, *Crónica dos eremitas da Serra de Ossa*, tomo I, Lisboa, na oficina de Francisco da Silva, 1745; Fr. Manuel de S. Caetano Damásio, *Tebaida portuguesa: compêndio histórico da Congregação dos Monges pobres de Jesus Cristo da Serra de Ossa, depois chamada de S. Paulo, primeiro eremita*, tomo I, Lisboa, 1793.

<sup>2</sup> «Refere algumas poesias que compôs o Servo de Deus Fr. Agostinho da Cruz estando no ermo da Arrábida», in Fr. António da PIEDADE, *Espelho de penitentes e crónica da Província de Santa Maria da Arrábida*, Lisboa, 1728, 933-942.

<sup>3</sup> Maria de Lourdes BELCHIOR, *Da poesia de Fr. Agostinho da Cruz: tentativa de uma análise estilística*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1946; id., «Poesia e mística: Frei Agostinho da Cruz», in *Os homens e os livros. Séculos XVI e XVII*, Lisboa, 1971, 39-71.

<sup>4</sup> Fr. António da PIEDADE, *Espelho de penitentes e crónica da província de Santa Maria da Arrábida*, tomo I, Lisboa, 1728; Fr. José de Jesus MARIA, *Crónica da província de Santa Maria da Arrábida*, tomo II, Lisboa, ib., 1737.

Piedade, publicada em 1728 com o título de *Espelho de Penitentes*; a segunda, escrita por Fr. José de Jesus Maria, publicada em 1737. Temos, portanto, uma *Crónica* do século XVIII relatando a história de um ramo da Ordem Franciscana cuja existência em Portugal se inicia em 1539<sup>5</sup>. Há assim uma distância cronológica entre a narração e os factos narrados que, se em alguns momentos explica a hesitação dos cronistas perante a existência de fontes discrepantes<sup>6</sup>, é sobretudo factor explicativo da sua atitude narrativa, veiculadora de uma visão mitificada da história que narram. Há da parte de ambos um previsível (e inevitável) discurso apologético: exaltação da Ordem e dos seus exigentes ideais de perfeição evangélica; louvor das virtudes heróicas de muitos dos seus membros; encómio do modelo de piedade oferecido à admiração dos fiéis. Mas, para além deste comum tipo de discurso, os dois volumes da *Crónica* apresentam-se bastante diferentes, tanto nos assuntos tratados e no respectivo interesse histórico, como no aspecto estético-literário. O segundo volume organiza-se segundo uma estrutura monotonamente repetitiva: relatando a história da Província a partir de 1623, vai narrando, sempre em moldes idênticos, a celebração dos vários capítulos provinciais; as biografias, de carácter hagiográfico, de muitos dos seus membros; a fundação de novos conventos. A monotonia da narração e o mundo de santidade que descreve só são quebrados pelo relato de um pouco edificante conflito entre duas facções rivais, conflito que pôs os conventos da Província literalmente em pé de guerra («Viam-se os conventos convertidos em fortalezas e os parciais armados de instrumentos bélicos para se defenderem das invasões com que eram acometidos», etc., II, 292). No primeiro volume, pelo contrário, não há um esquema narrativo estabelecido. O texto vai relatando a origem e gradual desenvolvimento desta obra que se inicia com vocações individuais em busca de novos caminhos de perfeição e se expande graças à protecção de grandes senhores que admiram este novo tipo de servos de Deus, protecção que permite a rápida multiplicação dos seus conventos. E é esta história que especialmente nos interessa.

E no princípio desta história (e do texto que a narra) está a Serra da Arrábida, que deu o nome à Província. Escreve Fr. António da Piedade logo no início da sua *Crónica*: «(...) princípio a história da penitente Arrábida ou nova Tebaida, que sendo muito fértil de asperezas, seus habitantes nunca se

---

<sup>5</sup> Toma-se como marco histórico da fundação a vinda de Fr. Martinho de Santa Maria da sua Província de Cartagena para a Serra da Arrábida, onde recebe do duque de Aveiro a ermida ali existente dedicada a Nossa Senhora da Arrábida (29/9/1539, segundo a informação de Fr. António da Piedade).

<sup>6</sup> Diversos textos relatando a história da Província da Arrábida (muitos deles hoje perdidos) utilizados como fontes pelos autores da *Crónica* são elencados por F. Félix Lopes na sua obra *Fontes narrativas e textos legais para a história da Ordem Franciscana em Portugal*, Madrid, 1949.

consideraram satisfeitos de penitência.» (I, 2). Escolhida por Fr. Martinho de Santa Maria e, pouco depois, por S. Pedro de Alcântara para aí levarem vida eremítica, a serra é sempre referida como lugar de penitência, pela sua aspereza, e como lugar de contemplação e meditação, pelo seu isolamento e silêncio. Solidão e aspereza são as duas características mais frequentemente referidas. Características que atraem os eremitas por corresponderem ao seu desejo de penitência e solidão e que levam Fr. Martinho a exclamar, em tirada lírica que o cronista põe na sua boca: «Oh serra sagrada! Oh soledade bendita! Oh deserto não deserto, mas sim retrato do paraíso!» (I, 38).

Neste espaço assim caracterizado vive o primeiro grupo de anacoretas, «sem lhes lembrar outra cousa mais que as que viam, que era o céu para suspirar por ele, e a aspereza da montanha para lhes aumentar o merecimento quando com os pés descalços a pisavam» (I, 45). O tipo de vida que aí levam é marcado pelos «excessos de penitência» e pelo culto extremo da pobreza. E a serra é tão adequado lugar para esta vida que, quando o duque de Aveiro, senhor daquelas terras, pergunta solícito a Fr. Martinho se aquele lugar lhe convém ou se prefere outro, obtém como resposta: «Otro, Señor, no sé si se poderá pintar, quanto más hallarse» (I, 40). Para cada um dos eremitas, então em número de cinco, é construída uma cela, «ou para melhor dizer, sepultura, porque eram tão estreitas e tão baixas, que nem podiam estender-se, nem levantarem-se de todo em pé. A cama era a dura terra, e quando muito alcatifada do desabrido mato que a serra produz; a cobertura era nenhuma, quanto mais que o fogo do amor divino em que se abrasavam a não podia consentir» (I, 45).

A imagem que da Arrábida nos é dada no relato destes primeiros tempos da história da futura Província é de certo modo mitificada: a serra é apresentada como o lugar da fundação, envolta numa aura de sagrado, espaço de manifestação e concretização de especiais desígnios divinos. Em momentos posteriores da Crónica, quando a vida conventual se encontra já estabelecida e normalizada, a serra será apresentada como lugar de refúgio para alguns dos frades que anseiam pelo primitivo tipo de vida. Assim, por exemplo, no convento de Palhais Frei Martinho de Santa Maria sente a falta do retiro da serra para ocultar as suas impressionantes penitências (I, 152); Fr. Francisco da Porciúncula pede «licença ao Provincial para se ir recolher no convento da Serra da Arrábida e aí passar a Quaresma apartado da comunicação da gente» (I, 578); Fr. Diogo dos Inocentes «alcançou uma patente do Geral para ir viver solitário na cela que foi de S. Pedro de Alcântara (...). Sete anos viveu neste ermo, sem comunicação com as criaturas, porque só a queria ter com o Criador por meio da oração» (I, 899). Também Fr. Agostinho da Cruz pede e obtém, em 1605, licença «para ir viver como ermitão na Serra da Arrábida, retirado de toda a comunicação humana. (...). Perseverou ali catorze anos contínuos que lhe restaram de vida» (I, 926 e 928). E até Fr. António das Chagas, embora membro

de outra Província, «para desafogo do seu abrasado espírito procurava muitas vezes este nosso convento da Serra» (I, 107).

Nesta referência, de função edificante, a frades que solicitam a troca da vida conventual pela vida eremítica esboça-se, contudo, uma oposição que em alguns momentos da narrativa se torna mais clara. A esta oposição entre vida conventual e vida eremítica subjaz um juízo de valor acerca da maior ou menor perfeição de cada uma delas. E este juízo, que seria de prever pacífico numa instituição que tem a sua origem precisamente na opção do seu fundador pela vida eremítica, chega a dar lugar a desentendimentos mais ou menos explícitos. Assim, a decisão dos já referidos Fr. Diogo dos Inocentes e Fr. Agostinho da Cruz de se refugiarem na solidão da Serra da Arrábida escandalizou alguns dos seus confrades: «Não deixou de causar grande alteração nos que se prezavam de zelosos da reforma o viverem estes solitários fora da clausura, suposto que sujeitos à obediência dos prelados» (I, 899). Significará esta reacção que o ideal primitivo se tinha esbatido? Esta valorização da clausura em detrimento do ermo corresponde, de facto, ao que é a história da Província da Arrábida nestes dois séculos abrangidos pela *Crónica*. Uma história em que se verifica uma rápida multiplicação de conventos ao longo do século XVI, passando a vida eremítica a ser adoptada apenas em casos excepcionais.

Como se processa esta passagem da vida solitária no ermo, em lugar propositadamente inóspito, à vida em comunidade na clausura do convento? A passagem começa por se processar na próprio espaço da serra, pois o primeiro convento fundado é precisamente o da Arrábida. E a sua fundação parece obedecer a um intuito de conciliação da vida eremítica com a vida em comunidade. Se, por um lado, o cronista atribui a sua fundação a determinação do duque de Aveiro que choca com a vontade de Fr. Martinho, por outro releva a solução de compromisso a que se terá chegado: fundar um convento que «fosse muito conforme com a pobreza que recomendava nosso santo Patriarca» (I, 58). Mas não é só a pobreza que se destaca na construção deste primeiro convento; é também a preservação da solidão da vida no ermo. Assim, além da pequena igreja, constrói-se o refeitório e a cozinha «entre o mato, como também algumas celas mais, mas com muita distância umas das outras. Vinham os religiosos a todos os actos de comunidade, assim do coro como do refeitório, sem mais outro caminho que aquele que cada qual fazia, vindo da sua cela, com os pés descalços pisando os agudos penedos e penetrantes espinhos, não só de dia, mas à meia noite, em todo o tempo e com todo o rigor (...) Não fez o duque D. João de Lancastro mais obras pela repugnância do Venerável Fr. Martinho, que a este conventinho assim disposto deu o título de Nossa Senhora da Arrábida, e dele tomou a Província também o nome. Nesta forma se conservou, assim em vida do servo de Deus como do duque» (I, 58).

Este intuito de conciliar solidão e vida conventual, de conservar o espaço natural do ermo na construção de um convento, de salvaguardar a mais

estrita pobreza em edifícios construídos pela devoção de altas individualidades, é particularmente notório na descrição do convento da Serra de Sintra, fundado em 1560 por D. Álvaro de Castro, «filho de D. João de Castro, 4º vice-rei da Índia».

A descrição começa por destacar o isolamento do local escolhido para a sua construção:

«Entre matos densos, penedos altos e silvestres árvores que neste seu maior retiro produz a serra mais copiosa, está situado este Conventinho, e tão escondido que, servindo de encanto aos mais práticos nos caminhos, causa também assombro aos especulativos que contemplam na sua fábrica.» (I, 244).

Depois a descrição desenvolve-se em torno de três linhas semânticas fundamentais: o acentuar da extrema pobreza que domina esta construção; a simbiose entre o espaço natural da serra e o edifício conventual que nele se constrói; a rigorosa penitência dos frades-eremitas que o habitam. Vale a pena ler alguns passos desta descrição:

«Não há na clausura interior mais que um dormitório, o qual tem quarenta palmos de comprimento e três de largo, em tal forma que, encontrando-se nele os religiosos, para um passar precisamente se recolhe o outro para alguma das celas. São estas tão estreitas, que ordinariamente os seus habitantes dormem encolhidos, e alguns mandaram abrir na rocha que lhe serve de parede buracos para acomodarem os pés. As portas tem cinco palmos de alto e palmo e meio de largo; as paredes que as dividem são de vimes tecidos com barro e palha; o forro de tudo é de cortiça, e esta nas portas está pegada em grades de tosca madeira. No refeitório mais prevalece a mortificação do que o alívio, assim pelo aperto da casa, a qual não tem mais que catorze palmos de comprimento e sete de largo, como pelo modo com que os religiosos nele comem. Estão sentados de ambas as partes de uma pedra que lhes serve de mesa que, sem benefício nenhum da arte, a mandou arrancar nesta serra para este efeito o Cardial D. Henrique. Levanta-se somente da terra um palmo e tem doze de comprimento e três de largo (...) A mesma humildade, aperto e pobreza se admiram nas mais oficinas (...) A igreja é muito pequena: da porta até à grade que divide a capela mor tem de distância dezoito palmos e de largura treze; é de abóbada e as paredes de calhaus que ali produziu a natureza. Das grades até o altar (e não tem outro) se contam somente doze palmos, e este era o vão da antiga lapa a quem a mesma rocha serve de cobertura (...)» (I, 244-246).

E a concluir a descrição deste convento-eremitério, mais algumas surpreendentes informações, representação superlativa deste espaço como lugar de penitência:

«É este Conventinho muito sadio, apesar dos incómodos que nele se padecem, porque, além da perpétua abstinência de carne que nele se guarda, é muito frio e húmido, em tal sorte que pelo inverno sempre o dormitório está revendo água, e nas celas, quando os religiosos despertam a matinas à meia

noite, ordinariamente acham os cobertores com que se cobrem todos molhados.» (I, 251).

Aos olhos do cronista, este é o convento que melhor representa o espírito que presidiu à fundação da província e que mais fiel se mantém ao seu ideal primitivo:

«Também, sem ofensa dos mais que tem a nossa Seráfica Religião, lhe podemos chamar único entre todos, porque, ainda que nosso Padre S. Francisco e, à sua imitação, alguns dos seus reformados filhos fundassem outros mais pobres nos edifícios e alfaias, não perseveraram contudo nesta sua antiga forma, porque ou de todo se destruiu, ou se converteu em outra fábrica mais sumptuosa. Porém neste ainda resplandece a pobreza com que se fundou, assim no toco das paredes como na vileza da matéria de que é forrado, que é de cortiça mal polida.» (I, 243).

Com efeito, a pobreza é a característica mais acentuada na descrição dos primeiros conventos arrábidos. Do de Palhais, fundado logo em 1542 e cuja construção é dirigida por S. Pedro de Alcântara, escreve o cronista que este «pôs diante dos olhos a santa pobreza para pelos seus ditames regular o edifício, e assim o fez tão pobre que lhe serviu de exemplar para os que depois fundou em Castela» (I, 114-115).

Este cuidado com a extrema pobreza dos conventos e a escolha de lugares isolados para a sua construção mostram que, na passagem da vida eremítica para a vida conventual, houve a preocupação de salvaguardar os valores considerados essenciais.

Mas a Província cresceu, o número de conventos multiplicou-se, os tempos evoluíram. E a descrição de conventos fundados já no século XVII dão-nos a imagem dessa evolução de tempos e de valores. É elucidativo o confronto entre a já referida descrição do convento da Serra de Sintra (1560) e a do convento de Santo António de Leiria, fundado um século mais tarde (1657) por Pedro Vieira, escrivão da puridade de D. João IV, mais tarde bispo de Leiria (vd. II, 278).

«(...) Continuou-se com grande fervor na fábrica dos retábulos, tribuna e coro. O mesmo se via no claustro, dormitório e cerca, concorrendo sempre o Padroeiro com a mesma generosidade, e não faltando também algumas pessoas principais com as suas grandiosas esmolas, e outras oferecendo os seus carros para a condução dos materiais. Quatro anos mais se gastaram nesta última operação, e ficou sendo o Convento vistoso ornato da cidade e padrão perpétuo da devoção dos seus naturais, que o frequentam e sempre frequentarão para remédio das suas necessidades espirituais. Compete com os mais da Província na perfeição da arquitectura. Tem os dormitórios em quadrado, boa disposição de oficinas; das janelas das celas se descortina muita parte da cidade por lhe ficar sobranceiro. A cerca, compreendendo bastante âmbito, se oferece delectável à vista em um curioso jardim de murtas, repartido em perfeita

delineação de debuxo, e por entre elas muita variedade de flores. Tem um suficiente pomar e horta, que correspondem com fertilidade ao trabalho com que se cultivam, e um agradável bosque de árvores silvestres; e ultimamente uma ermida dedicada a Nossa Senhora da Piedade, situada na eminência de um monte que pelo seu retiro convida o espírito à contemplação das coisas celestes. Dela se aproveitam os religiosos para os seus devotos exercícios, e também algum dia dará a recreação dos sentidos, por ser muito dilatado o terreno que daquela eminência se descortina. (...) [No dia da inauguração] com a diligência do sacristão se viu a igreja curiosamente armada de ricas sedas e preciosos matizes, e da mesma sorte o claustro com muita variedade de quadros e de admiráveis pinturas.» (II, 274-275).

Note-se a relação antitética entre o vocabulário que constrói as duas descrições: um significa penitência, pobreza, despojamento, ermo; o outro fala de riqueza, deleite, abundância, cidade («grandiosas esmolos», «vistoso ornato da cidade», jardim «deleitável», horta fértil, «ricas sedas e preciosos matizes», e até uma ermida que é lugar de «devotos exercícios», mas também de «recreação dos sentidos». Nas diferenças que separam a descrição destes dois conventos, que valores religiosos terão permanecido? Que formas e ideais de espiritualidade se terão mantido?

Nesta evolução, que a *Crónica* documenta, da vida eremítica à vida conventual e nas sucessivas transformações dos conventos é necessário ter em conta a influência dos seus padroeiros e fundadores. O convento da Arrábida, já vimos, é fundado pelo duque de Aveiro; o infante D. Luís fará construir o de Jenicó nos seus domínios de Salvaterra; o de Vale de Figueira é fundado por D. Manuel de Portugal; o de Santa Catarina de Ribamar (mais tarde substituído pelo de S. José) é fundado por D. Isabel, viúva do infante D. Duarte; o de Alcobaça é fundado pelo Cardeal D. Henrique, cuja presença frequente nos de Sintra e de S. José de Ribamar está bem documentada. E podíamos prolongar a lista de ilustres personagens que manifestaram o seu apoio à reforma arrábida fundando conventos da nova Província.

Tratando-se de personagens de elevada categoria social, até que ponto os seus intentos, os seus desejos, os seus critérios, pressionariam os religiosos? O texto da *Crónica* não deixa de o referir, embora com alguma subtilidade. E o espírito de uma época que entendeu a ostentação da riqueza nas coisas divinas como forma de devoção vai começando a manifestar-se sem que volte a repetir-se o gesto inicial de oposição de Fr. Martinho às pretensões de grandiosidade do duque de Aveiro. Apesar de os Estatutos da Província estabelecerem taxativamente: «(...) que as igrejas e casas que para nós se edificarem em nenhuma maneira se recebam se não forem conformes à pobreza que professamos»<sup>7</sup>.

---

<sup>7</sup> *Estatutos da Província de Santa Maria da Arrábida*, Lisboa, 1698.

Poder-se-á falar de uma evolução de formas de espiritualidade no ideário da Província ao longo destes dois séculos de história documentados pela *Crónica*? E que factores poderão funcionar como índices dessa hipotética evolução?

Um dos caminhos seria a análise das disposições estatutárias estabelecidas ao longo deste período. Os estatutos iniciais, elaborados pelo fundador certamente com a colaboração de S. Pedro de Alcântara, terão sido transmitidos em forma manuscrita, pois só em 1698 são impressos com as inevitáveis alterações exigidas pela mudança dos tempos e das circunstâncias<sup>8</sup>. Mas, como não conhecemos as formulações anteriores, torna-se impossível analisar essas alterações.

Outra via poderia ser a análise das biografias exemplares de alguns frades incluídas na *Crónica*. Haverá diferenças significativas na focalização dessas vidas consideradas modelos de virtude segundo os códigos da Província? Independentemente das já referidas diferenças de perspectiva e de escrita dos dois cronistas da Província, deparamos com a valorização das mesmas virtudes, de idênticas práticas de devoção, do mesmo ideal espiritual. São sempre destacadas as virtudes da pobreza e da humildade, o espírito de penitência, a prática da meditação e da oração mental. Dir-se-ia que todos estes biografados são considerados modelos na medida em que concretizaram nas suas vidas o essencial da espiritualidade franciscana ao modo de S. Francisco de Assis, tal como essa espiritualidade é expressa no «espelho de perfeição do estado dos frades menores» que é o texto do Floreto de São Francisco<sup>9</sup>.

Expressão de linhas dominantes da espiritualidade da Província da Arrábida poderiam ser ainda os textos publicados pelos seus membros. E a *Crónica* refere algumas dessas obras, mas todas elas publicadas já no século XVII. É o caso de *Triunfos da pobreza evangélica*, de Fr. João das Chagas (Lisboa, 1623); de um tratado sobre a paixão de Cristo que teria sido publicado por Fr. Manuel das Chagas; do *Jardim espiritual*, de Fr. Pedro de Santo António (Lisboa, 1632), uma obra que visa o apostolado entre os fiéis, pois, como se declara no frontispício, «trata breve, fácil e distintamente dos mistérios de nossa santa fé e de tudo o mais que um cristão é obrigado a saber e guardar para se salvar», começando pelo sinal da cruz e terminando com um longo tratado sobre a oração mental. É o caso ainda do Tratado dos passos que se andam na Quaresma, de Fr. Rodrigo de Deus (Lisboa, 1664), mais uma obra sobre a Paixão; não propriamente um tratado, mas um breve texto em que se combinam poemas, trechos narrativos e orações, destinado a servir de guia na prática da

---

<sup>8</sup> F. Félix LOPES, *op. cit.*, p.82.

<sup>9</sup> *Floreto de São Francisco*. Reprodução facsimilada do incunábulo nº 175 da B.N.L. com nota de apresentação por José Adriano de Carvalho, Professor Catedrático da Universidade do Porto. Porto, 1988.

devoção da Via Sacra, objectivo aliás indicado pelo seu título completo: *Tratado dos passos que se andam na Quaresma* para rezarem ou cantarem os que os correrem.

Esta breve amostra de obras de espiritualidade publicadas por membros da Província da Arrábida apenas confirma o que já conhecíamos como linhas dominantes dessa espiritualidade: o culto da pobreza, a valorização da oração mental<sup>10</sup>, a contemplação da Paixão de Cristo. Mas algumas delas (a de Fr. Rodrigo de Deus e, sobretudo, a de Fr. Pedro de Santo António) revelam também um outro aspecto: o trabalho apostólico, e mesmo catequético, entre os fiéis.

É este, como já vimos, o objectivo declarado do Jardim espiritual, em que o seu autor pretende, como declara no prólogo, acorrer à ignorância crassa e geral das verdades da fé entre os cristãos, ignorância de que tem experiência por «mais de vinte anos de confessorário». E o autor informa ainda o leitor de que o projecto deste livro nasceu quando ele morava «em aquele devoto santuário, retrato expresso da pobreza, humildade e simplicidade de meu Padre S. Francisco e espelho de toda a nossa sagrada Religião, o oratório de Santa Cruz da Serra de Sintra, entre aqueles penedos que estão manando devação e desejos de salvação própria e alheia».

Esta referência às circunstâncias da génese da obra permitem-nos retomar uma questão anterior que deixámos em aberto: a das relações entre vida eremítica e vida conventual. Se em alguns momentos, como vimos, parece haver uma relação de conflito, a linha dominante é bastante clara e serena. Nascida da vocação eremítica de Fr. Martinho de Santa Maria, a Província da Arrábida desde muito cedo, sobretudo sob a influência de S. Pedro de Alcântara<sup>11</sup>, se organizou em conventos, passando a vida eremítica a constituir uma excepção. Como escreve F. Félix Lopes, «era um eremitismo e retiro só praticado a temporadas, como o de S. Francisco no Alverne, ou então reservado a vocações excepcionais. No mais, o apostolado, promovido desde o princípio nos conventos multiplicados à volta de Lisboa para escolas de espiritualidade ou centros de irradiação religiosa, à margem dos povoados, sim, mas longe também das solidões da serra»<sup>12</sup>. Esta afirmação faz-se eco do texto dos Estatutos de 1698, que recomendava: «As nossas casas se edificarão sempre não muito distante dos povos nem muito junto a eles» (p.78).

<sup>10</sup> «Por ser nosso principal instituto desta Província o exercício da oração mental, em que tanto pela graça divina tem em todos os tempos florecido insignes anacoretas e ilustrados contemplativos, ordenamos que em todo o tempo do ano se tenham cada dia na comunidade, no coro ou na igreja, duas horas e meia de oração mental» (Cf. *Estatutos*, Lisboa, 1698, cap. «Da oração mental»).

<sup>11</sup> F. Félix LOPES, *Influência de S. Pedro de Alcântara na espiritualidade portuguesa do seu tempo*. Separata da *Revista Portuguesa de História*, tomo VI, Coimbra, 1964.

<sup>12</sup> F. Félix LOPES, *op. cit.*, 33.

O Professor Silva Dias, na sua infelizmente interrompida obra sobre *Correntes de sentimento religioso em Portugal*, considera a Província da Arrábida como «a expressão mais forte e radical do franciscanismo na sua luta pelo espírito das origens», apresentando «a preocupação ascética no seu máximo vigor de penitência e de pobreza»<sup>13</sup>. E não se pode deixar de ter em conta a repercussão que este ideal de perfeição evangélica segundo o modelo de S. Francisco teve na sociedade portuguesa da época. Concluo citando mais uma vez Silva Dias que, a respeito desta repercussão, escreve:

«A influência capucha foi enorme em toda a segunda metade do século XVI. Alcançou não só as massas populares, sempre sensíveis às expressões sinceras da penitência e da humildade, mas a própria classe dirigente, através das casa de Bragança e de Aveiro e de personagens destacadas no meio político ou intelectual, como Lourenço Pires de Távora, Francisco de Sousa Tavares, D. Álvaro de Castro, Diogo de Paiva de Andrade, etc. O seu contributo não foi alheio, antes pelo contrário, à formação da piedade austera e voluntarista da época triunfante da Contra-Reforma.»<sup>14</sup>

Maria Lucília Gonçalves Pires

### Abstract:

*Integrated in the reflection on the theme of places and practices of devotion (or, the importance of spaces in the development of certain forms of spirituality and devotional practices), set as the CIUHE central theme for this year, and by suggestion of Professor José Adriano de Carvalho, I was responsible for a study on the influence of mountains in the history of several religious orders in Portugal. Necessarily, this history must include the mountains of Arrábida and Sintra, in the case of the Capuchin friars, or the Mountain of Ossa, in the history of the Order of S. Paul's Eremite Friars.*

---

<sup>13</sup> J. S. da Silva DIAS, *Correntes de sentimento religioso em Portugal (séculos XVI a XVIII)*, tomo I, Universidade de Coimbra, 145.

<sup>14</sup> J. S. da Silva DIAS, *op. cit.*, 155.